

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. ZUCCO)

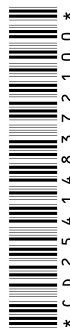
Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o impacto dos atos praticados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na segurança pública.

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para debater o impacto dos atos praticados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na segurança pública, tendo como convidados, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representantes de órgãos de segurança pública estaduais, representantes de sindicatos rurais e representantes de Federações do agronegócio, com definição dos nomes a ser realizada oportunamente.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme é do conhecimento de todos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), este que afirma lutar pela reforma agrária e pela justiça social, na verdade, demonstra um desrespeito flagrante pela lei, pela propriedade privada, pelo estado de direito, e até mesmo pela vida humana.

O MST tem sido responsável por invasões ilegais de propriedades rurais, destruição de plantações e infraestrutura, além de incitar a violência e o conflito no campo. São vários os indícios de crimes que são praticados em nome de uma reforma agrária que não sairá do papel enquanto



estiver sendo utilizada para o locupletamento ilícito e político daqueles que dizem defendê-la.

Estamos no mês de abril, o qual é marcado pelo Abril Vermelho, um período de mobilização promovido pelo MST, que visa chamar a atenção para a luta pela reforma agrária e os direitos dos trabalhadores rurais. No entanto, essas mobilizações, muitas vezes, geram tensões significativas que precisam ser discutidas, especialmente no contexto da segurança pública e do combate ao crime organizado.

As ações do MST, como ocupações de terras e protestos, têm gerado reações diversas e, em grande parte das situações, podem culminar em conflitos que impactam a segurança pública e a ordem social.

É de conhecimento público que as ocupações de terras frequentemente resultam em confrontos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras, e isso pode gerar violência e insegurança nas comunidades envolvidas. É essencial discutir como prevenir esses conflitos.

Sabemos, ainda, que as grandes mobilizações podem causar transtornos em áreas urbanas e rurais, impactando o trânsito, o comércio local e a rotina da população. A instabilidade gerada afeta não apenas os envolvidos, mas também a sociedade em geral, gerando uma sensação de insegurança que compromete o desenvolvimento regional e a convivência pacífica.

As ações do MST não apenas prejudicam os legítimos proprietários de terras, como espalham terror e pânico, causando danos econômicos e sociais às comunidades rurais e ao país como um todo. Avaliar como essas ações podem ser geridas para minimizar os conflitos com a lei e a ordem é de extrema importância.

Ao invadir terras de forma violenta e desordenada, o MST desrespeita os princípios básicos da convivência democrática e do Estado de Direito. Seu comportamento irresponsável e ilegal não pode ser tolerado em uma sociedade civilizada e democrática.



Diante disso, é imprescindível que esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize uma audiência pública para que seja efetivamente debatido qual o impacto das ações do MST, principalmente no mês de abril, na segurança pública e quais os mecanismos que os agentes de segurança podem utilizar para que tais ações sejam sanadas e evitadas.

Por tudo o que aqui foi exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente pleito.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ZUCCO (PL-RS)

